



**A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA
DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Belo Horizonte
2015**

TATIANA DE OLIVEIRA BORDONAL GAZOLA

**A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA
DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Grazielle Mariano

Belo Horizonte

2015

TATIANA DE OLIVEIRA BORDONAL GAZOLA

**A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS SOB A LUZ DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profa. Grazielle Mariano (orientadora) – UFMG

Prof.^a Dr.^a. Patrícia Barros S. Batista– UFMG

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2015

Dedico este trabalho ao meu querido
esposo Carlos, ao meu filho Pedro, aos
meus pais Márcia e José Onofre e a
todos os amigos que sempre estiveram
ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que trilhou meu caminho, me dando oportunidade.

Agradeço à minha família pelo apoio.

Aos meus professores, pelos conhecimentos adquiridos.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo discutir sobre os processos de gestão democrática, tendo como referência o Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva, localizado em Frutal, Minas Gerais. O estudo foi desenvolvido através de pesquisa documental e observação. O intuito de se estudar sobre esse tema surgiu após verificarmos a falta do espaço para diálogo e, em relação à participação das famílias nas tomadas de decisões, nos projetos e nas atividades propostas pela escola, além da inexistência dos Conselhos Escolares. Verificou-se a importância do gestor em apresentar alternativas para permitir a inserção das famílias nos processos decisórios da escola.

Palavras-chave: Família; Escola; Gestão Democrática; Educação Infantil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	DESENVOLVIMENTO.....	10
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16
5	ANEXO	
	Projeto Político Pedagógico Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva	17

1. INTRODUÇÃO

O Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva atende em período integral 180 crianças na Educação Infantil. Esboçarei neste trabalho uma análise sobre a parceria entre a escola e a família, em função do atendimento educativo com qualidade permeado pela gestão democrática. Carlos Roberto Jamil Cury diz que:

“Gestão provém do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito. Isto pode ser visto em um dos substantivos derivado deste verbo. Trata-se de gestatio, ou seja, gestação, isto é, o ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo, diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz provêm os termos genitora, genitor, germen.” Cury (2002, p. 205)

Na perspectiva de que a gestão implica para a construção coletiva, consideramos portanto, a definição de família. Através da Lei nº 11.340, de 2006, tem-se uma nova regulamentação legislativa da família, juridicamente compreendida como:

“comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; independentemente de orientação sexual” (art. 5º, inciso II, e parágrafo único).

Vale salientar que o conceito de família perpassa por diversas acepções.

De acordo com Anderson Ferreira, “a família vem sofrendo com as rápidas mudanças ocorridas em sociedade”. Apesar de a Constituição prever que o Estado deva proteger a família, “o fato é que não há políticas públicas efetivas voltadas para a valorização da família e

ao enfrentamento de questões complexas no mundo contemporâneo”

A LDB em seu artigo 14 estabelece que “os sistemas definirão as normas da gestão democrática”, tendo como princípios a participação coletiva na elaboração do PPP e a instituição de conselhos escolares com a participação da comunidade escolar. A gestão escolar democrática significa mais do que mudanças na estrutura organizacional da escola e de padrões carregados de burocracia; é preciso entender que o fazer coletivo faz a diferença, permitindo que todos sejam tratados com igualdade na escola.

Nesse sentido, ao escolher o tema em questão o meu objetivo foi realizar uma leitura cuidadosa da relação entre escola x família e gestão democrática, principalmente no que implica a qualidade na educação infantil.

Após a análise dos resultados, ficou claro que as abordagens com conversas informais, as visitas nas casas, as reuniões agendadas em horários compatíveis para atender a demanda dos pais, as discussões e oficinas realizadas, a adoção de um meio formal de comunicação – blog da escola e agenda diária, a elaboração colaborativa e implantação do Projeto Político Pedagógico e a eleição do Colegiado Escolar serviram como motivação para promover a inserção das famílias no contexto da escola incentivando e atenuando ainda mais a sua presença, objetivando o trabalho na gestão participativa.

O sucesso alcançado quebrou paradigmas, trouxe uma nova visão a respeito da atuação social da comunidade na escola, verificando-se um maior comprometimento de toda a comunidade escolar, valorizando de forma imprescindível os anseios da família, rumo a uma gestão de fato democrática.

2. DESENVOLVIMENTO

Atualmente temos observado que as famílias modificaram a sua organização. Estão cada vez mais heterogêneas. Zanatta nos ampara, sobre a formação da família com a seguinte afirmativa:

[U]m indivíduo singular pode ter uma vivência familiar que englobe várias formas familiares: por exemplo, pode iniciar a sua vida numa família tradicional; depois, e na sequência do divórcio dos pais, pode fazer parte de uma família de um só progenitor (em geral, a mãe) e, em seguida, de uma família recomposta, se a mãe voltar a casar-se, adquirindo, eventualmente, novos irmãos e irmãs e uma espécie de pai “social”, mesmo que não reconhecido, que se acrescenta, sem o substituir, ao pai biológico e legal. Atingindo a idade adulta, pode viver temporariamente sozinho, dando corpo a uma família unipessoal; pode, depois, formar uma família de facto (união de facto) e, sucessivamente, casar-se, não o fazendo necessariamente 1 Zygmunt Bauman criou e tem aprofundado, ao longo de diversas obras, entre as quais *Modernidade líquida* (1999) e *Amor líquido* (2003), o conceito de “líquido”, cujas principais características são a fluidez e a dinâmica. Assim, as sociedades líquidas são as sociedades de “laços deslaçados”, o que, necessariamente, e com toda a propriedade, também se aplica às relações familiares. Ou ainda, como diz Roberto Volpi (2007), “a família está praticamente a dissolver-se”. Mudam-se os tempos, muda-se a família | 55 com a mesma pessoa com quem viveu em união de facto; não se pode excluir-se que venha a divorciar-se, como fizeram os seus pais, e dê origem, por sua vez, a uma família recomposta, já não como filho, mas como cônjuge ou unido, talvez experimentando, antes ou depois, um novo período de solidão ou de união de facto. Finalmente – tratando-se de uma mulher, com maior probabilidade relativamente aos homens – acabará a

sua vida novamente sozinho/a, como viúvo ou viúva. (Zanatta, 2008: 9)

Nesse contexto de transformação, podemos observar que as famílias são instituições com propósitos e princípios diferentes, podemos afirmar ainda que as famílias não são compostas somente por laços sanguíneos; e é nesta reorganização que recebemos nas escolas essa nova instituição. De que forma o gestor deve apoiar e ajudar na construção de uma maior proximidade entre escola-família e comunidade focalizando a gestão democrática?

Parafraseando Perrenoud (citado por Pereira, 2008, p.39), refere que a educação precisa de mudar e que as mudanças podem ser negociadas entre os diferentes agentes educativos, cabendo à escola o papel de as tornar mais visíveis e reais, ficando as famílias mais interessadas, próximas e conscientes da sua importância.

Percebemos então, que cabe à escola dar o primeiro passo no sentido de partilharem com os pais e com a comunidade o poder de decisão.

Heloísa Lück nos ampara, sobre a gestão democrática, com a seguinte afirmativa:

“Esta modalidade de gestão se assenta no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais que ocorrem no contexto da organização escolar, em torno de objetivos educacionais, entendidos e assumidos por seus membros, com empenho coletivo em torno da sua realização.” Lück (1998, p. 01)

Entendemos então que não basta apenas a participação da família, mas é dever do gestor é criar condições de participação. A interação da comunidade precisa ser precedida de entendimento. Como é possível famílias empobrecidas participarem dos processos decisórios de uma escola?

Os pais precisam entender a importância desta participação. A falta de estrutura, as convocações sem preparação constituem uma relação desestruturada. É preciso criar situações que articulem com a comunidade a participação não esporádica e estruturada da família na escola.

Parafrazeando Marilena Chauí (1983), quem sabe comanda quem não sabe. Quem sabe comanda e quem não sabe obedece, não tem voz, não pode manifestar sua opinião. Este discurso empobrece e enfraquece a gestão democrática afastando a participação da família. Gestão democrática é sinônimo de autonomia e participação, não podemos separar os dirigentes da comunidade.

O Documento-Referência da Conae 2014 propõe:

“adoção de novos modelos de organização administrativa e de gestão, nos quais sejam garantidos a participação popular e o controle social, baseado na concepção de gestão democrática, intersetorial, que se contrapõe a processos de gestão gerencial, burocrático e centralizador” (p. 75).

Nesta corrente, concluímos que pequenas ações são imprescindíveis para a aproximação e participação da família na gestão escolar. Para mim, durante o período de estudos desta pós-graduação, esta reflexão foi constante. Em Janeiro de 2013, ao assumir a gestão deste Centro de Educação me deparei com a situação de pouco comprometimento e participação da família.

Ao constatar esta situação, muitas reflexões surgiram no sentido de construir ações que viabilizassem a aproximação da família. Diariamente, observava que as famílias eram chamadas à escola para serem cobradas e nunca ouvidas. Observamos aí uma via de mão única. A participação nas reuniões escolares reafirmava-se o conceito acima; além da ausência de muitos pais, as opiniões quase nunca levadas em conta. Temos aqui, uma visão restrita da gestão democrática, resultando numa relação inexpressiva do diálogo: família x gestão escolar.

Partindo desta observação, foi necessário intervenções neste contexto para tornar a gestão participativa. Mudar esta visão foi tarefa árdua. Tínhamos também uma escola depedrada. No entanto, ao abriremos os portões para a comunidade, criamos canais de comunicação e participação. Após a inserção da escola na comunidade o estreitamento e o envolvimento de todos culminamos num espaço democrático. A comunidade tornou-se inclusive responsável pela manutenção e conservação do prédio.

Com a tomada de consciência a comunidade tornou-se parte do espaço. A escola lhes pertence, assumiram novos papéis.

Portanto, devemos entender que na gestão democrática todos participam, manifestando opiniões, resolvendo problemas e buscando soluções. Nesse sentido, Marques aponta:

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação. (1990, p. 21)

Veiga acrescenta ainda, que: A importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto. (1991, p. 82)

Libâneo (2008) propõe que é através da gestão democrática que acentuamos a relação entre direção e equipe escolar, destacando a importância de objetivos comuns e de decisões definidas coletivamente e discutidas publicamente, no trabalho em equipe, dos membros colegiados, Conselhos Escolares.

Essa fundamentação teórica foi decisiva para nortear as ações das quais abrangeram: reelaboração coletiva do PPP da escola, discussão do calendário escolar, momentos de discussão pertinentes à rotina escolar, expectativas da participação dos pais na vida escolar dos filhos e eventos escolares.

Na trajetória para a elaboração deste trabalho pude perceber o quão importante são as ações propiciadas pelo gestor para delinear condições a fim de aproximar a família da gestão escolar, necessários também inovações, quebra de paradigmas para a mobilização dos atores envolvidos. Neste contexto destacamos ações que auxiliaram a participação da família na gestão escolar tendo como eixo norteador a participação efetiva na elaboração do PPP da escola.

Oportunizamos momentos qualificados de estudos, assembleias, reuniões, bate-papos, utilizando os informais e meios possíveis de comunicação que atendia aos anseios de nossa clientela. Acolhimento da

família, opinando e sugerindo soluções, permitindo que a comunidade exerça seus direitos. Vale destacar a eleição e implantação do primeiro Colegiado Escolar.

Ao atingir esta parceria, visualizamos uma família assumindo a sua responsabilidade social na gestão da escola, do bairro; onde todos os envolvidos foram beneficiados. Assim, pensamos a gestão democrática como uma forma bastante eficaz de produzir meios para a consolidação desses propósitos.

Penso que este é o melhor meio traçado para oportunizar a gestão democrática, um dos maiores desafios que a escola enfrenta.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desmistificar a participação da família na escola e entender a gestão democrática como prática emancipadora, escola participativa e cidadã é tarefa do gestor.

Faz-se necessário que o gestor conheça a sua comunidade e articule com ela, oportunizando estratégias para a aproximação da família, da qual nosso aluno vem.

Importante destacar que atualmente trabalhamos com núcleos familiares totalmente homogêneos, portanto, trazer para a escola os anseios, as necessidades e as expectativas da família permite que a comunidade torna-se célula integrante da escola.

Desta experiência, destaco a elaboração do PPP em conjunto com todos os envolvidos no processo educativo e da eleição para os membros do Colegiado Escolar, culminando na mudança de postura frente à gestão democrática e possibilitando o envolvimento de toda a comunidade escolar, construindo uma escola de qualidade num espaço democrático.

Verificamos, portanto neste estudo, que o diretor escolar estimula o trabalho coletivo e cooperativo, lidera e organiza com ética os canais de comunicação comunitária, a fim a dividir o poder decisório.

À família propomos momentos de aprendizagens, discussões, aconselhamentos, fomentamos a colaboração mútua, promovendo a gestão participativa.

São muitos os desafios, mas não podemos admitir, hoje, que a escola seja parceira com essa baixa proeminência da participação dos pais no poder decisório da escola.

A gestão democrática é um avanço que precisa ser efetivamente consolidado nas escolas públicas de nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) Brasília: 1996

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013, acessado em 10/02/2015

CURY, C.R.J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. São Bernardo do Campo 1, n. 2, 2002.

Zanatta, Anna Laura (2008), Le nuove famiglie. Felicità e rischi delle nuove scelte di vita. Bologna: Il Mulino.

LÜCK, Heloísa. A dimensão participativa da gestão escolar. Gestão em Rede, Brasília, n. 9, p. 13-17, ago. 1998

http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia_conae2014.pdf, acessado em 09/02/2015

MARQUES, Mário Osório. "Projeto pedagógico: A marca da escola". In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola n2 21. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. 22 edição Campinas: Papyrus, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: MF livros, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva

MARÇA JANETTE COSTA DA SILVA

TATIANA DE OLIVEIRA BORDONAL GAZOLA

BELO HORIZONTE/MG

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da professora Grazielle Mariano Batista Maia e coordenação da professora Rosimar de Fátima Oliveira, do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte/MG

2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	7
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	15
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	15
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	16
3. CURRÍCULO	19
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	24
5. PROCESSOS DE DECISÃO	29
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	32
7. AVALIAÇÃO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	36

INTRODUÇÃO

A Creche Municipal Norica de Souza e Silva localizada na Rua Conquista, s/ nº, bairro Vila Esperança, CEP 38200-000, nesta cidade de Frutal/MG, foi inaugurada em 09 de dezembro de 1988, pela Sra. Aparecida Britto, esposa do Sr. Celso Britto, prefeito municipal na época.

Surgiu do anseio em atender as necessidades das famílias que trabalhavam e precisavam de um lugar para deixar seus filhos. A partir de um trabalho árduo, a Sra. Aparecida conseguiu o terreno e buscou verbas junto aos órgãos competentes para a construção do prédio. O nome da instituição foi em homenagem à mãe da Sra. Aparecida Britto; Sra. Norica de Souza e Silva. A instituição denominou-se CRECHE MUNICIPAL NORICA DE SOUZA E SILVA através do Decreto Municipal Nº 4672/1988, esta foi registrada no Conselho Assistencial tendo como Entidade Executora e Mantenedora, a Prefeitura Municipal de Frutal, inscrita no CNPJ: 18.449.132/0001 - 60 passando a denominar-se Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva, pela Lei Municipal Nº 3.347, de 20 de março de 2007 sendo um órgão da Secretaria Municipal de Educação. Assim, buscou-se instalar e equipar o Centro de Educação de maneira a atender as necessidades educacionais, com o intuito de oferecer creche (0-3 anos), 1º e 2º período da Educação Infantil (4 a 5 anos) com qualidade, tanto no aspecto físico quanto no pedagógico, a fim de alcançar o seu objetivo: uma educação eficaz e efetiva. Atualmente, oferece as turmas: Berçário, Maternal I e II, 1º e 2º períodos da Educação Infantil em período integral.

Há 16 salas no total, sendo elas: nove salas de aula, dois banheiros com chuveiro e duas pias, berçário com lactário e higiene, sala de direção, orientação, secretária, almoxarifado, refeitório, lavanderia, cozinha para preparar alimentos e para limpeza de utensílios.

O CEMEI atende 180 alunos matriculados de várias localidades do Município. Segundo a LDB nº 9394/96 as chamadas Creches Municipais que eram mantidas pela Secretaria de Ação Social, hoje são chamadas de Centros Municipais de Educação infantil. O CEMEI visa em suas atividades pedagógicas o desenvolvimento e a construção da autonomia infantil, possibilitando assim a Formação Integral Humana da criança, atendendo assim crianças de zero a três anos (creche) e pré-escola de quatro a cinco anos.

A Proposta Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva, é resultado da reflexão e investigação de todos os Profissionais da Educação

envolvidos com o processo educativo, de uma forma onde todos através da ação educativa têm como norte, fundamentos estruturados no planejamento participativo, estabelecendo assim diretrizes capazes de proporcionar à criança a inserção no contexto social (como um todo).

O Centro Municipal de Educação Infantil caracteriza-se como uma unidade educacional, que atende às necessidades da criança, família e comunidade, seguindo as mudanças que ocorrem em todos os segmentos da sociedade de forma dinâmica e globalizada, possibilitando que cada um interaja como sujeito atuante nela, sendo assim o Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva deve proporcionar: uma aprendizagem permanente; solidariedade; ação em responsabilidade individual e social; o enfrentamento de problemas; avaliação diagnóstica e contínua, visando o crescimento da criança em todos os aspectos.

MODALIDADES DE ENSINO

O Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva, oferta o Ensino de Educação Infantil. Caracteriza-se como uma unidade educacional devidamente adequada às exigências e necessidades da criança, engajado na força de trabalho. É um órgão subordinado da Secretaria Municipal de Educação e tem como Órgão Mantenedor a Prefeitura Municipal de Frutal.

O CEMEI atende uma clientela de 05 meses a 5 anos e 11 meses, oriundos da própria região. Tem uma carga horária de 50 horas semanais, com início das atividades às 7:00 horas e término as 17:00 horas.

As turmas estão divididas por faixa etária:
<ul style="list-style-type: none"> • Berçário: 5 meses a 2 anos.
<ul style="list-style-type: none"> • Maternal I: 2 anos a 2 anos e 11 meses
<ul style="list-style-type: none"> • Maternal II: 3 anos a 3 anos e 11 meses
<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil – 1º período: 4 anos
<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil – 2º período: 5 anos

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Esta Instituição de Ensino, oferta vagas para crianças com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias de qualidade para todos, Art. 2º Parecer 17/01 e Artigos 58 e 59 da LDB 9394/96.

A Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, engloba a educação especial considerando as situações singulares, os perfis das crianças, as características biopsicossociais e as faixas etárias. Essas considerações são fundamentadas por princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar:

- a preservação da dignidade humana;
- a busca da identidade, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem como base para a construção e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;
- o direito de convivência num espaço social diverso, rico e estimulante, útil para a inserção social;
- o exercício da cidadania.

A educação inclusiva conforme acordo com os postulados produzidos em **Salamanca** (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais prevê: acesso e qualidade como direito, universal, independente das condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

A Educação Infantil, em suas especificidades e em todos os momentos, volta-se para a prática da cidadania, dinamizando os valores e o respeito às diferenças das crianças, como sujeitos em processo de desenvolvimento das competências e habilidades de conhecer, aprender, reconhecer e construir as suas próprias culturas.

ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva

Endereço: Rua Conquista, s/ nº

Bairro: Vila Esperança

Cidade: Frutal - MG

Fone: (34) 3423-8500

E-mail: cemei-norica@hotmail.com

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Frutal

REGIME DE FUNCIONAMENTO

O Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva é uma instituição que oferece atendimento em período integral com uma carga horária de 50 horas semanais. Atendendo crianças de 5 meses até dois anos (berçário); 2 anos (maternal I); 3 anos (Maternal II); 4 anos (1º período Educação Infantil) e 5 anos (2º período Educação Infantil).

Atualmente há um quadro de 31 funcionários (sendo eles: 1 coordenadora, 1 secretária, 1 supervisora, 18 educadoras, 7 serviços gerais, 1 zelador e 2 vigias) onde todos procuram fazer um trabalho junto com a comunidade possibilitando assim uma socialização afetiva e educativa dos alunos.

NORMAS INTERNAS DE FUNCIONAMENTO

O horário de atendimento inicia-se às 7h00min com tolerância de meia hora, salvo aqueles que tem justificativa médica e a retirada do aluno só é permitida com os pais e responsáveis ou por alguém autorizado por eles desde que seja de maior idade (18 anos). As matrículas são efetuadas com a devida documentação: xérox da certidão de nascimento, da carteira de vacina com as doses em dia, comprovante de residência (com telefone para contato), xérox documentos pessoais dos responsáveis, cartão SUS e cartão bolsa-família(caso seja beneficiário) sendo a mesma renovada no período divulgado pela instituição.

1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

“Pensar o Projeto Político Pedagógico de uma instituição é pensar a construção de sua identidade, o que implica numa análise coletiva tanto da história (a que lhe deu as características que apresenta no momento) quanto das direções intencionais que serão assumidas em função das decisões tomadas pelo PPP” (VEIGA, 1996).

Pensando em “educação”, percebe-se o quanto é importante à formação de cidadãos críticos, pensantes e autoconfiantes, pois todos fazem parte da educação. Por isso nós, educadores, sabemos o papel que exercemos dentro da Instituição, sendo que, para muitos o CEMEI é visto como um lugar onde apenas é feito cuidados à criança e não de estímulo à cognição. Lugar este que visa contribuir com a implementação de prática educativa de qualidade onde possa promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças.

É necessário que o gestor mobilize os pais e a sociedade apresentando a proposta pedagógica para que eles tenham conhecimento das oportunidades do desenvolvimento escolar e social da criança. Esse compromisso com o ensino-aprendizagem, onde, vemos a criança como um ser completo e indivisível, e não um adulto em miniatura, seguindo práticas do conhecimento contínuo, flexível e dinâmico, partindo do conhecimento que a criança traz de sua cultura, etnia e valores, o CEMEI deve trabalhar com organização, disciplina, esforço e dedicação, procurando atualizar-se seguindo os avanços tecnológicos e a rapidez com que os fatos acontecem, não ficando o quadro de docentes parados no tempo.

Sendo assim, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, onde são respeitados os seguintes fundamentos norteadores:

- Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- Princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício, da criatividade e do respeito á ordem democrática;
- Princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

- Definir suas propostas pedagógicas, explicitar o reconhecimento da importância da identidade pessoal das crianças, suas famílias e professores;

Através de nossa proposta pedagógica é que direcionamos nossos trabalhos, isto é, para onde queremos caminhar e que princípios vamos seguir. Temos que saber os nossos direitos e deveres, as leis e as regras que organizam a vida em sociedade.

É preciso termos consciência que podemos preparar as crianças para o exercício da cidadania desde bebês.

A Instituição de Educação Infantil deve promover em sua proposta, práticas pedagógicas e articulações entre o cuidar e educar, possibilitando assim a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser que está em constante construção do conhecimento.

Todo trabalho em educação tem pressupostos campos de atividade diferenciados, a competência técnica e a eficácia (no sentido do alcance dos objetivos propostos), a busca de novas tecnologias, a formação em serviços de profissionais. Além destes há pressupostos singulares, que a caracterizam, muito mais para um trabalho realizado com crianças que estão no início de sua formação, muito mais do que ensinar, e sim educar.

Pretendemos um saber reflexivo no qual os alunos participem como sujeitos da realidade dispo de conhecimentos científicos aplicando seus conhecimentos dos acontecimentos do dia-a-dia de forma fraterna e cooperativa onde a ética e o respeito são fatores predominantes na prática educativa e nas relações dentro do CEMEI entre educadores e comunidade escolar.

O Centro Municipal de Educação Infantil Norica de Souza e Silva, na sua função pedagógica fundamenta-se na Pedagogia Progressista, Tendência Histórico-Crítica. Nesta concepção de educação o CEMEI trabalha com o conhecimento historicamente construído, realiza as adaptações necessárias para dar direcionamento ao processo ensino-aprendizagem.

Com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, artigo 21 consta o reconhecimento da Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica. Através da mesma há valorização da Infância (criança 0 a 10 anos), considerando-a ativa e capaz de construir o seu próprio conhecimento. Por isso a necessidade do desenvolvimento de práticas pedagógicas condizente com cada fase da infância. O Educador/professor assume o papel de mediador do conhecimento, ou seja, ele organizará sua prática/teórica levando em consideração todo conhecimento de mundo que a criança já possui. Organiza

assim, seu plano de trabalho docente, evidenciando o contexto estrutural e cultural da sociedade capitalista e as diversas relações: familiares, econômicas, políticas, sociais, religiosas.

Todo grupo em que a criança está inserida, sendo família, parentes ou grupos sociais, dentro ou fora da escola é uma fonte de interação e construção do conhecimento, porém na Instituição de Educação Infantil, é que elas encontram possibilidades de ampliar as experiências que trazem de fora, e de estabelecer novas formas de relações e de contato com a diversidade de costumes, hábitos e expressões culturais, cruzar histórias individuais e coletivas, compor um repertório de conhecimentos comuns ao grupo.

1.1- AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E DE FORMAÇÃO HUMANA

O Centro Municipal de Educação Infantil deve ser um espaço de construção e reconstrução de conhecimento, onde a criança consuma e produza conhecimento.

A mesma compreende a realidade apropriando-se de informações, refletindo e dirigindo suas ações seguindo suas necessidades postas historicamente aos homens na vida em sociedade.

Desde a educação infantil, as crianças devem vivenciar atividades que despertem curiosidade, que estimule a investigação do mundo, e que propõem situações desafiadoras e significativas. A proposta de educação infantil deve estar receptiva as descobertas das crianças, estimulando para o processo de conhecer e orientando-as em suas relações com o espaço, com as tarefas do dia a dia com os materiais e com os colegas. Favorecendo desta maneira que a criança construa sua autonomia e atue de forma cada vez mais independente. As salas de aula e a escola devem formar uma comunidade nas quais as regras, a ordem e a disciplina são estabelecidas em conjunto; para um convívio harmonioso produtivo e alegre.

Assim a criança aprende desde cedo a cuidar do que é seu e do que é comum, a respeitar para ser respeitado e a colaborar com os outros para quando necessário poder contar com eles. Nesse caminho tudo é conhecer, tudo é participar do mundo. As atividades desenvolvidas na educação devem ser significativas, lúdicas e prazerosas, devem estimular a reflexão o debate a pesquisa contribuindo dessa maneira para produção de avanço e desenvolvimento da criança.

1.2- O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Entendemos que brincar não é brincadeira. É sério é a coisa mais importante que devemos fazer com nossas crianças, o brincar não é secundário é sim prioridade absoluta, com a brincadeira a criança aprende pela própria experiência, esta é a semente da cidadania, a partir daí que se inicia o processo de socialização onde a criança aprende a se respeitar e respeitar os outros, é onde se estreitam os laços de amizade.

A brincadeira é atividade predominante e constitui fonte de desenvolvimento, ao criar zona de desenvolvimento, segundo Vygotsky, no brincar a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real e aprende a separar objetos e significados. Devemos romper o ciclo das desculpas e mudar a situação de submissão. A cada idade há um jeito ideal de brincar, existem diferentes dinâmicas que junta afeto e brincadeira de um modo particular em cada criança. Essas diferenças acontecem de região para região, continente para continente, afirmando que em todo canto do país as crianças são semelhantes: pois todas, em qualquer canto do planeta são iguais: querem brincar; por isso em nossa proposta apostamos na diversão ao ar livre, dando-lhes a chance de serem simplesmente criança, e desenvolvendo a consciência ecológica, já que a natureza é a matéria prima mais importante no processo de formação das crianças.

Devemos ultrapassar as paredes de tijolos, fazendo crianças respeitadoras da natureza e menos intelectuais emparedadas que levam ao desprezo pelas vontades do corpo. O brincar, junto com a relação natureza, são vitais e constitutivas do ser humano. Pensamos em ações que harmonizem o sentir e o pensar, que não aprisionem os movimentos e que estimulem a liberdade de expressão e exploração. Acoplando o brincar e a natureza, estaremos possibilitando uma forma privilegiada de interação, as crianças aprendem práticas sociais específicas dos grupos ao qual pertencem, aprendendo sobre si mesmas e sobre o mundo em que vivem.

Entendemos que a infância é um período em que o ser humano está se constituindo culturalmente, então o brincar assume importância fundamental; é a atividade que possibilita a apropriação, a resignificação, reelaboração da cultura pelas crianças.

Os jogos e brincadeiras possibilitam que a criança crie sua identidade e autonomia em um ambiente em contínua mudança, onde ocorre constante recriação de significados.

Concluimos que uma ação pedagógica, que visa a autonomia não pode apoiar-se em medidas baseadas em um controle externo da criança, mas deve se pautar em ações que levem, progressivamente, a autodisciplina; assim a criança se percebe num coletivo, vive a condição de cidadão e goza de seus direitos especialmente o de brincar.

1.3- A ARTICULAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DE CUIDAR E EDUCAR

O conceito de educar e cuidar estiveram por muito tempo centrado no trabalho desenvolvido somente na Educação Infantil. Principalmente, o conceito de cuidar estava associado ao trabalho de satisfazer as necessidades primárias de alimentação, higiene e saúde das crianças em creches, cujos pais, por diferentes motivos precisavam trabalhar, pois sem o mesmo não tinham condições mínimas de dar sustento a seus filhos.

Neste contexto as Creches estavam sob legislação estabelecida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e não pela Secretaria Municipal de Educação.

Com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 surge outro caráter ao atendimento, e as creches passaram, aos poucos, para a responsabilidade da Secretaria de Educação, perdendo, então, o caráter assistencialista, passando a assumir papel educacional. Outro fato importante a ressaltar foi à transferência do direito a creche: que antes era direito dos pais passou a se consolidar como direito fundamental da criança.

Essas mudanças na legislação e nas concepções fizeram com que os governos repensassem suas políticas educacionais, não só do ponto de vista do conceito do trabalho a ser desenvolvido, mas também das reorganizações de tempos, espaços e da formação dos profissionais da educação.

Na Educação Infantil ficou clara a necessidade da construção de uma Proposta Pedagógica centrada na criança e seu processo de desenvolvimento e aprendizagem que considerasse, não só os educadores/professores, mas também os familiares no processo educativo. Nesse sentido, as políticas para a infância passaram a incorporar um duplo compromisso: as necessidades das crianças (seus direitos e deveres) e de suas famílias.

Ao longo do processo de desenvolvimento do ser humano, cuidar das crianças varia de cultura, de acordo com as relações que a sociedade lhes concede. Nesse sentido, não é possível dissociar o cuidar do educar, pois o desenvolvimento das crianças depende de aprendizagens realizadas através das interações estabelecidas com o outro, as quais, ao

mesmo tempo influenciam e potencializam seu desenvolvimento individual e a construção de um saber cultural.

O ato de cuidar relaciona-se ao desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança. Não se limita somente a sobrevivência física, pois a medida que vão sendo satisfeitas suas necessidades primárias de alimentação, higiene, saúde, locomoção, vão surgindo novas necessidades relacionadas à exploração do mundo, de si mesmo e do outro.

Assim, educar e cuidar são ações que devem ser planejadas, sistematizadas, organizadas, em gestão compartilhada (professores, educadores, pais), cada um deles possui diferente visão sobre o ato de cuidar.

Num sentido mais amplo, cuidar e educar envolve a preocupação com a organização e o processo de apropriação do tempo e espaço, com a escolha e utilização dos materiais, com as manifestações infantis e com o trabalho com as famílias. Os projetos pedagógicos devem assegurar às crianças que as escolas sejam espaços de direitos, brincadeiras, curiosidade, do lúdico, de acolhimento, construção de identidade, interação das crianças maiores com as menores, das crianças com os adultos e com as famílias.

Por todas essas características, Educar e Cuidar têm sido entendido automaticamente como conceitos que devem nortear a Educação Infantil.

1.4 - GARANTIA DE ARTICULAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DE CUIDAR E EDUCAR

O cuidar na Instituição de Educação Infantil, é parte integrante da educação, exige conhecimentos e habilidades, ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo é integrar os vários campos do conhecimento à cooperação de profissionais de diferentes áreas. O cuidado é um ato de relação que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimento específico.

As atitudes e procedimentos de cuidados são influenciados por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil. Embora as necessidades básicas sejam comuns, como se alimentar e proteger, as formas de identificá-las e atendê-las são construídas socialmente respeitando as diversidades individuais. Esses procedimentos de cuidado também precisam ser potencializados para atingir os objetivos de desenvolvimento das capacidades humanas.

É necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças levando em consideração, as diferentes realidades socioculturais.

A identificação dessas necessidades sentidas e expressas pelas crianças depende também da compreensão do adulto e das formas de comunicação com elas, em cada faixa etária.

O cuidar deve considerar principalmente, as necessidades das crianças que quando observadas, ouvidas e respeitadas podem dar pistas importantes sobre a qualidade dos cuidados que estão recebendo.

Para cuidar é preciso, antes de tudo, estar comprometido com o outro, respeitar a singularidade, as necessidades e as capacidades individuais; disto depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado.

Na Educação Infantil a Instituição pode oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e nas situações pedagógicas intencionais, ou aprendizagens orientadas pelo adulto.

É preciso ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa ocorrem integradas no processo do desenvolvimento da identidade das crianças por meio de aprendizagens diversificadas realizadas em situações de interação.

O trabalho educativo deve garantir condições de desenvolvimento e aprendizagem, sem perder de vista a fundamental tarefa do cuidado físico e mental que requer a criança de 0 à 05 anos .

Nesse sentido, é necessário estabelecer as interações entre a criança e o seu meio de desenvolvimento físico, cultural e social fundamentando-se nos seguintes princípios:

- Respeito aos direitos individuais da criança, garantindo segurança, liberdade, dignidade, convivência, aquisição de novos conhecimentos e o direito de ser respeitada por seus educadores;
- Consideração as suas condições afetivas, favorecendo a auto-estima, a construção da identidade e a segurança emocional para o desenvolvimento equilibrado de sua personalidade;
- Respeito a diversidade de expressões culturais, valorizando o processo democrático, o lugar de onde a criança procede, sem qualquer tipo de discriminação racial, sexual, religiosa, regional ou de características humanas diferenciadas;

- Promoção de oportunidades para o desenvolvimento físico respeitando os níveis em que a criança se encontra, levando em consideração o fato de que ela constrói os conceitos corporais na medida em que age, observa e relaciona seu corpo com os objetos, com o espaço e com o tempo.
- O CEMEI não é um estabelecimento social, destinado para os trabalhadores “deixarem” seus filhos. É um estabelecimento educacional voltado ao desenvolvimento da aprendizagem e produção de conhecimento.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

O Centro Municipal de Educação Infantil possui:

• 9 salas de aula
• 2 salas de berçário: com um lactário e um banheiro em comum;
• 1 sala de supervisão pedagógica;
• 3 almoxarifados;
• 1 secretaria;
• 1 sala de diretoria;
• 1 refeitório com mesas e bancos adequados;
• 1 cozinha para preparação de alimentos;
• 1 lavanderia;
• Pátio coberto com dois banheiros
• Pátio com areia ao ar livre,
• 1 Aparelho de DVD;
• 2 computadores;
• 2 impressoras;
• 1 tanquinho de lavar roupas;
• 2 televisões;
• 2 rádios;
• 1 maquina fotográfica digital;
• 2 mimeógrafos;
• 1 notebook

2.1.2 – MATERIAIS DIDÁTICOS

Os materiais didáticos utilizados, são na grande maioria: livros de história, fantoches, dedoches, quadro de giz, jogos comprados de encaixe, televisão, rádio, DVD, mimeógrafo,

cartazes, jogos de EVA, máquina fotográfica, textos, jornais, revistas, computador para pesquisas e ainda não utilizado pelos alunos.

2.1.3 - RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Nome	Formação	Função	Carga Horária
1. Amélia de Souza Santos	Magistério	Educadora	30 horas
2. Cristiane Natalia Angelino Gomes	Pedagogia	Professora	30 horas
3. Cristiane Reis Silva	Cursando Pedagogia	Educadora	30 horas
4. Danielli Maria Angelino	Magistério	Educadora	30 horas
5. Josiane Furtado Machado	Superior	Educadora	60 horas
6. Kenia de Fátima Graciano	Normal Superior	Secretária	30 horas
7. Laetes Maria Resende Santos	Magistério	Educadora	30 horas
8. Marli F. de Moraes	Pedagogia	Educadora	30 horas
9. Maria de Fátima Lacerda	Magistério	Educadora	30 horas
10. Cyntia Silva Borges	Magistério	Educadora	30 horas
11. Kennyatta S. M. Paiva	Cursando Pedagogia	Educadora	30 horas
12. Marlei M. Cruvinel	Cursando Pedagogia	Educadora	30 horas
13. Maria José Ferreira Silva	Cursando Pedagogia	Educadora	30 horas
14. Juliana Cristina V. Pereira	Magistério	Educadora	30 horas
15. Micheli Vieira Velasco	Superior / Lic. Ed. Física	Educadora Física	30 horas
16. Margarete de S. Queiroz	Magistério	Educadora	30 horas
17. Tatiana de Oliveira Bordonal Gazola	Pedagogia	Coordenadora	40 horas
18. Sandra Leão	Pedagogia	Supervisora	40 horas
19. Vera Lucia Dias Mendes	Normal Superior	Educadora	30 horas
20. Rosa Maria de M. Gonçalves	Normal Superior	Educadora	30 horas
21. Rejane Guedes	Magistério	Educadora	30 horas

2.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

De acordo com o Art. 29 da LDB nº 9394/96 “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”, essa Escola busca propiciar situações que possam contribuir para ressaltar a garantia da igualdade de tratamento e de respeito às diferenças das crianças de 5 anos de idade.

Tendo em vista que a formação da criança na Educação Infantil está voltada para a construção de sua própria imagem, da descoberta de sua identidade pessoal e social, bem como de sua socialização e interação com o meio, para incorporação das convenções sociais necessárias à vida em comum e ao exercício da cidadania, o lúdico permeará toda a ação educativa nesta modalidade de ensino. Essa ação educativa terá como recurso pedagógico o ambiente alfabetizador, a ser ministrado de forma lúdica, para não “forçar” uma alfabetização “mecânica” nesta modalidade de ensino e também para a concretização do processo de ensino e aprendizagem, devendo possibilitar-lhes de acordo com o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil(1998):

- *Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações.*
- *Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar.*
- *Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social.*
- *Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração.*
- *Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação.*
- *Brincar expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades.*
- *Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.*
- *Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.*

2.2.1 ENTURMAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, explica no art. 30, capítulo II, seção II que: “A Educação Infantil será oferecida em: I creches ou entidades equivalentes para crianças de 0 a 3 anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 a 6 anos” A criança em cada faixa etária apresenta características específicas de desenvolvimento, o que justifica os agrupamentos por faixa etária.

Assim, o agrupamento das crianças dessa faixa etária, poderá efetivar-se como:

- Berçário: 05 meses a 01 ano e 11 meses;

-Maternal I: de 2 anos a 2 anos e 11 meses;

-Maternal II: 3 a 3 anos e 11 meses;

-1º período da Educação Infantil: 4anos;

-2º período da Educação Infantil: 5 anos.

Porém, o trabalho pedagógico é organizado com base nos estágios de desenvolvimento, haja vista o reconhecimento de que a evolução mental do individuo interfere no ensino aprendizagem.

Atualmente o educador passa a exercer o papel de mediador, intervindo na apropriação de conhecimentos das crianças, potencializando as funções psicológicas superiores. É enquanto mediador que ele deliberadamente trabalha a parte dos conceitos cotidianos em circulação no grupo e promove suas ampliações de forma que os conhecimentos científicos sejam explorados no espaço da educação infantil.

3. – CURRÍCULO

Na Educação Infantil, o currículo escolar tem como base os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil(1998) do MEC. Os componentes curriculares objetivam a concretização da prática educativa, no sentido de que as crianças:

- I. Desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social;*
- II. Tenham suas capacidades ativadas para operar com símbolos, ideias, imagens e representações que permitem atribuir sentido à realidade, reorganizando o conhecimento que possui;*
- III. Promovam aproximações a um determinado conhecimento, para elaboração de hipóteses e para a manifestação de formas originais de expressão.*

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças da Educação Infantil, a qualidade das experiências oferecidas que contribuem para o exercício da cidadania deve estar embasadas nos seguintes princípios:

- I. O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;*
- II. O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;*
- III. O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;*
- IV. A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;*
- V. O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.*

A ação educativa vem possibilitar às crianças da Educação Infantil, a construção da própria imagem e a descoberta da sua identidade pessoal e social, o exercício da comunicação de forma adequada, em suas diversas modalidades e em diferentes níveis de complexidade, incluindo utilização, desenvolvimento e aprimoramento da verbalização e expressividade, o desenvolvimento das capacidades de expressão e comunicação pelas diferentes linguagens e manifestações: oral, escrita, artística, gráfica, gestual, corporal e outras, o desenvolvimento de responsabilidade, independência e autodisciplina, de atitudes e valores de participação, intercâmbio, partilha e cooperação, com vistas à preparação para a autonomia, a ampliação do conhecimento nas dimensões do saber, fazer, ser e viver junto, o desenvolvimento da motricidade, a construção da imagem corporal, do domínio do próprio corpo e de seus movimentos, da expressão corporal e a inserção do corpo como elemento de identidade pessoal, social e de convivência, o desenvolvimento da fruição estética, do conhecimento e da expressão artística em suas dimensões plástica, musical e cênica, o desenvolvimento do raciocínio lógico, da descentração e da coordenação de diferentes pontos de vista, o estímulo, a utilização e o desenvolvimento da curiosidade, do hábito de perguntar, da confiança em suas capacidades para pesquisar, imaginar, criar, responder, compreender e solucionar problemas. A construção da leitura e da escrita no processo de ensino e aprendizagem das crianças de cinco anos

terá como recurso pedagógico o ambiente alfabetizador, a ser ministrado de forma lúdica, para não “forçar” uma alfabetização “mecânica” nesta modalidade.

A vivência do lúdico na Educação Infantil deve permear toda a prática educativa.

3.1- Conteúdos Curriculares da Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil compreendem dois âmbitos de experiências essenciais, compreendidos como domínios ou campos de ação que dão visibilidade aos eixos de trabalho e servem de referência para a prática educativa:

Movimento

O movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana. As crianças se movimentam desde que nascem, adquirindo cada vez maior controle sobre seu próprio corpo e se apropriando cada vez mais das possibilidades de interação com o mundo. Engatinham, caminham, manuseiam objetos, correm, saltam, brincam sozinhas ou em grupo, com objetos ou brinquedos, experimentando sempre novas maneiras de utilizar seu corpo e seu movimento. [...] O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo. [...]

O trabalho com movimento contempla a multiplicidade de funções e manifestações do ato motor, propiciando um amplo desenvolvimento de aspectos específicos da motricidade das crianças, abrangendo uma reflexão acerca das posturas corporais implicadas nas atividades cotidianas, bem como atividades voltadas para a ampliação da cultura corporal de cada criança.

Música

A música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas etc. [...]

A integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social, conferem caráter significativo à linguagem musical.

Artes Visuais

As Artes Visuais expressam, comunicam e atribuem sentido a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade por meio da organização de linhas, formas, pontos, tanto bidimensional como tridimensional, além de volume, espaço, cor e luz na pintura, no desenho, na escultura, na gravura, na arquitetura, nos brinquedos, bordados, entalhes etc.[...]

Tal como a música, as Artes Visuais são linguagens e, portanto, uma das formas importantes de expressão e comunicação humanas, o que, por si só, justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral, e na educação infantil, particularmente.

Linguagem Oral e Escrita

A aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais.

O trabalho com a linguagem se constitui um dos eixos básicos na Educação Infantil, dada sua importância para a formação do sujeito, para a interação com as outras pessoas, na orientação das ações das crianças, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento.

Aprender uma língua não é somente aprender as palavras, mas também os seus significados culturais, e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio sociocultural entendem, interpretam e representam a realidade.

A educação infantil, ao promover experiências significativas de aprendizagem da língua, por meio de um trabalho com a linguagem oral e escrita, se constitui em um dos espaços de ampliação das capacidades de comunicação e expressão e de acesso ao mundo letrado pelas crianças. Essa ampliação está relacionada ao desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever.

Natureza e Sociedade

O mundo onde as crianças vivem se constitui em um conjunto de fenômenos naturais e sociais indissociáveis diante do qual elas se mostram curiosas e investigativas. Desde muito pequenas, pela interação com o meio natural e social no qual vivem, as crianças aprendem sobre o mundo, fazendo perguntas e procurando respostas às suas indagações e questões. Como integrantes de grupos socioculturais singulares, vivenciam experiências e interagem num contexto de conceitos, valores, ideias, objetos e representações sobre os mais diversos temas a que têm acesso na vida cotidiana, construindo um conjunto de conhecimentos sobre o mundo que as cerca. [...]

O eixo de trabalho denominado Natureza e Sociedade reúne temas pertinentes ao mundo social e natural. A intenção é que o trabalho ocorra de forma integrada, ao mesmo tempo em que são respeitadas as especificidades das fontes, abordagens e enfoques advindos dos diferentes campos das Ciências Humanas e Naturais.

Matemática

As crianças, desde o nascimento, estão imersas em um universo do qual os conhecimentos matemáticos são parte integrante. As crianças participam de uma série de situações envolvendo números, relações entre quantidades, noções sobre espaço. Utilizando recursos próprios e pouco convencionais, elas recorrem a contagem e operações para resolver problemas cotidianos, como conferir figurinhas, marcar e controlar os pontos de um jogo, repartir as balas entre os amigos, mostrar com os dedos a idade, manipular o dinheiro e operar com ele etc. Também observam e atuam no espaço ao seu redor e, aos poucos, vão organizando seus deslocamentos, descobrindo caminhos, estabelecendo sistemas de referência, identificando posições e comparando distâncias. Essa vivência inicial favorece a elaboração de conhecimentos matemáticos. Fazer matemática é expor ideias próprias, escutar as dos outros, formular e comunicar procedimentos de resolução de problemas, confrontar, argumentar e procurar validar seu ponto de vista, antecipar resultados de experiências não realizadas, aceitar erros, buscar dados que faltam para resolver problemas, entre outras coisas. Dessa forma, as crianças poderão tomar decisões, agindo como produtoras de conhecimento e não apenas executoras de instruções. Portanto, o trabalho com a Matemática pode contribuir para a formação de cidadãos autônomos, capazes de pensar por conta própria, sabendo resolver problemas. [...]

O trabalho com noções matemáticas na educação infantil atende, por um lado, às necessidades das próprias crianças de construir conhecimentos que incidam nos mais

variados domínios do pensamento; por outro, corresponde a uma necessidade social de instrumentalizá-las melhor para viver, participar e compreender um mundo que exige diferentes conhecimentos e habilidades.

4. TEMPO ESCOLAR

4.1 – CALENDÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O calendário é elaborado anualmente, pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com os Centros Municipais de Educação Infantil e deverá atender ao disposto na legislação vigente, às peculiaridades da Educação infantil, compatível com o calendário da Educação Fundamental do Município, submetendo-o a aprovação da autoridade competente. O Calendário Escolar do CEMEI é o instrumento normativo onde se indicam os dias letivos a serem cumpridos, o recesso e as férias escolares, bem como todas as atividades propostas na metodologia de projetos e outras atividades correlatas. As alterações eventuais e necessárias do calendário, propostos pelo Centro Municipal de Educação Infantil, deverão ser comunicadas a autoridade competente, em tempo hábil, para as devidas providências.

As horas atividades (módulos) são realizados quinzenalmente (com carga horária de 2 horas cada), onde o professor usará o mesmo para preparar sua aula, conteúdo e recursos utilizados, para o desenvolvimento de atividades e estudos, leituras de formação pessoal.

4.1.1 - Do Calendário Escolar constam

- Início e término do ano escolar e do ano letivo;
- Os dias letivos;
- Os dias destinados ao planejamento escolar à capacitação dos professores e reuniões do conselho de classe;
- Os dias destinados à matrícula;
- Os feriados e os períodos de férias e de recesso;
- As programações culturais, cívicas e pedagógicas da escola e do município.

Dias letivos são aqueles em que os professores e alunos estão envolvidos em atividades escolares de caráter obrigatório relacionadas com o processo ensino-aprendizagem, independente do local onde elas se desenvolvam.

Dias escolares são os dias em que são realizadas atividades de caráter pedagógico ou administrativo, com presença obrigatória do pessoal docente, técnico e administrativo, destinados às atividades de planejamento, atualização, pesquisa,

produção coletiva, formação permanente, participação em reuniões, eventos e outras atividades inerentes à prática educativa.

A Escola encerra o ano escolar após ter cumprido o estabelecido no Calendário Escolar e as aulas somente são suspensas em decorrência de situações que justifiquem tal medida. Respeitados os dispositivos legais, compete à Escola proceder à organização do tempo escolar e cumprir o calendário escolar, conforme legislação vigente.

4.1.2. MATRICULA E TRANSFERÊNCIA ESCOLAR

As matrículas serão realizadas obedecendo as determinações da Emenda Constitucional nº 14/96 das Leis Federais nº 9.394/96 e 9.424/96. Serão admitidos na creche os alunos de 0 a 3 anos de idade e na Educação Infantil, os alunos de 4 a 5 anos de idade completos ou a completar até a data de 30 de março do ano em?????????

4.1.3. FREQUÊNCIA ESCOLAR

A frequência escolar é, pois um aspecto relevante na escola. O controle da frequência tem por objetivo o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, das quais está obrigado a participar, em pelo menos 60% do total da carga horária prevista. A frequência será registrada no Diário de Classe e controlada pelo professor diariamente e será apurada pelo total das horas letivas de cada ano.

Na Educação Infantil, a frequência do aluno nas atividades escolares programadas, será registrada com a finalidade de:

- Adotar providências internas capazes de estimular a presença do aluno na escola;
- Manter mecanismos de comunicação com os pais, ou responsáveis para que a frequência seja objeto de acompanhamento pelos mesmos.

A escola tem o dever de zelar pela assiduidade de seus alunos às aulas, adotando para tanto, medidas preventivas no decorrer do ano letivo. Nos casos de infrequência, deverá comunicar os pais, e não resolvendo a situação, comunicar as autoridades competentes (Ministério Público e Conselho Tutelar) para providências cabíveis e acompanhamento da família.

4.2 – ADAPTAÇÃO ESCOLAR

Os momentos iniciais na creche exigem sempre um esforço de adaptação da criança, da família e daqueles que assumem seus cuidados.

A época de adaptação é muito especial. Todos desejam que ela caminhe da melhor forma. Mas, para cada criança e cada família, esse processo ocorre de uma maneira ligeiramente diferente e, em parte, imprevisível.

Esse período de adaptação pode ser cuidadosamente planejado para promover a confiança e o conhecimento mútuos, favorecendo o estabelecimento de vínculos afetivos entre as crianças, as famílias e os educadores.

Dá-se, assim, oportunidade para a criança ter experiências sociais diferentes da experiência familiar, fazendo contatos com outras crianças em um ambiente estimulante, seguro e acolhedor. Vale lembrar que o fato de ter uma pessoa familiar junto à criança, na creche, nesse período inicial, possibilita à família conhecer melhor o local e o educador com quem a criança vai ficar. Geralmente, isso faz com que todos adquiram maior segurança.

Essa fase inicial, em que criança, família e educador estão se conhecendo, pode durar dias, meses, ou melhor, eles sempre estarão se conhecendo. Por isso se diz que a adaptação, de certa forma, nunca termina. Digamos que há uma fase em que o desafio é maior.

É importante, nessa fase, que todos, pais e educadores, compreendam e respeitem o momento da criança de conhecer o novo ambiente e de estabelecer novas relações.

Se esse período de adaptação for bem conduzido, possibilitará que pais e educadores, por meio de sua convivência, estabeleçam uma relação produtiva, de confiança e respeito mútuo.

4.3 . PLANEJAMENTO ANUAL

A importância de um planejamento anual flexível, que contemple o desenvolvimento dessa clientela, justifica-se pela importância da ação educativa que se deseja desenvolver.

Além de flexível, deve ser adequado à realidade local, às possibilidades da instituição, ao momento histórico e à dinâmica das relações ali estabelecidas.

Para que contemple todas essas dimensões e se adapte aos eixos norteadores propostos no referencial curricular, é preciso que se deixe de lado a listagem de conteúdos

fragmentados e sem significado. É preciso que se contemple a pluralidade de espaços e tempos socioculturais do qual participam os alunos e professores.

É possível determinar e quantificar atividades para crianças pequenas, de maneira que estas crianças possam crescer em ambiente estimulador, seguro, educativo e muito feliz, onde o lúdico e o prazeroso sejam determinantes no fazer pedagógico.

Planejar pressupõe conhecimentos anteriores, principalmente planejar atividades para crianças tão pequenas e que passam até duas mil horas dentro do CEMEI. É preciso que se planeje pensando “para” e “com” essas crianças, suas competências e suas diferentes necessidades conforme a faixa etária. Apesar de o planejamento anual ser feito para cada faixa etária, cada professor o fará para a sua turma, com características próprias. Ressalte-se que atividades e rotinas, onde os diferentes grupos se encontrem em atividades interessantes e variadas, no decorrer do ano, propiciarão melhor crescimento cognitivo e emocional das crianças, pela interação entre as diferentes idades.

Esse trabalho precisa estar sempre sendo avaliado, pois a cada ano vêm outras crianças com novos hábitos e costumes, exigindo que práticas e posturas sejam revistas.

4.4 – ROTINA

O estabelecimento da rotina é essencial para a organização das atividades no tempo, no qual possibilita ao educador uma direção para o trabalho que se propõe a fazer e, às crianças, segurança e compreensão de que estamos em um mundo organizado e que as coisas acontecem em uma determinada ordem de sucessão: antes, durante e depois. Essa sequência de acontecimentos é de grande ajuda para a organização de todo o trabalho. A rotina é essencial, mas não apenas esta de alimentação, higiene, sono, como também uma rotina de atividades intencionalmente planejadas que atendam as reais necessidades e expectativas de cada faixa etária. Dentre as possíveis atividades, estão as situações diversificadas, que envolvem as brincadeiras, movimentos, cantigas e etc. em um ambiente amplo e acolhedor organizado para a construção e o desenvolvimento da identidade, da autonomia e da oralidade.

O educador, então, deve planejar o dia-a-dia da criança na instituição como um contexto que garanta o direito de toda criança a um ambiente acolhedor e desafiador, ao organizar tempo e espaço para a realização de diferentes atividades que promovam o aprendizado do cuidado pessoal, o envolvimento das crianças em brincadeiras e o estímulo

à realização por elas de projetos de investigação que atendam a seus interesses e necessidades, tudo isso em um programa de parceria com as famílias.

5 – PROCESSO DE DECISÃO

O CEMEI Norica de Souza e Silva entende que a demonstração de um espírito de integração com a comunidade, não só envolvendo-a no processo de decisão da escola, a fim de constituir uma gestão democrática e participativa, deverá ser de modo a tornar o processo ensino-aprendizagem mais ativo, atualizado e integrado, para se obter apoio efetivo.

O envolvimento dos pais, da comunidade e a participação direta da equipe escolar nos processos de decisão levam em conta que as decisões tomadas sejam para contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento de todos os alunos. Ter espaço para o processo de decisão coletiva na escola possibilita o diálogo em torno das diversas situações que surgem nas áreas administrativa, pedagógica e financeira, onde os participantes tomam ciência de assuntos tão relevantes para o fortalecimento da instituição como um todo.

Esses processos acontecem nos órgãos colegiados que tem poder de decisão na Escola.

5.1 - GESTÃO ESCOLAR

As instituições escolares vêm repensando seu papel diante das transformações que caracterizam o acelerado processo de interação e reestruturação capitalista mundial. De fato, o novo paradigma econômico, os avanços científicos e tecnológicos, a reestruturação do sistema de produção e as mudanças no mundo do conhecimento afetam a organização do trabalho e o perfil dos trabalhadores, repercutindo na qualificação profissional e, por consequência, nos sistemas de ensino e nas escolas.

É, portanto, nesse cenário que se apresenta à necessidade de uma forma de resignificar o processo participativo e a gestão escolar, pois as instituições escolares para atender às demandas da sociedade pós moderna deverão ter uma atuação em rede.

Os muros escolares devem deixar de significar barreiras para que passem a existir para ampliar a atuação do processo educacional em um contexto multidisciplinar, e para que isso ocorra é necessário que seja clara a concepção de educação que rege as ações de todos os envolvidos, bem como que homem pretendemos formar. Isto é, um homem que respeite e proteja o meio no qual está

inserido. Para tanto se faz necessário que o exercício da participação democrática esteja presente no cotidiano escolar.

A sociedade se transforma, rompendo com paradigmas e construindo um novo aspecto sócio-cultural. Nesse sentido, é necessária uma educação voltada para a reflexão-crítica, ação e a inovação. O desenvolvimento social caminha no sentido de relações mais democráticas, o que implica um conjunto de regras e de responsabilidades para todos. Isso significa que as práticas pedagógicas devem valorizar, tanto as atitudes individuais quanto atitudes coletivas, onde os processos de interação e de cooperação da comunidade escolar são fundamentais para desenvolvimento de conceitos como: autonomia, cidadania, solidariedade, competências, entre outros.

O Projeto Pedagógico é o ponto inicial para uma gestão escolar efetiva. A escola deve abrir suas portas para promoção efetiva do espaço democrático que almejamos, possibilitando aos cidadãos o entendimento de um novo espaço de gestão escolar.

O diálogo deve ser direito de todos, onde cada um possa expressar o que pensa e a sua forma de agir, com humildade, pois cada um traz sua verdade, sendo que buscar a compreensão da verdade maior é ponto em comum para todos.

O processo de gestão escolar está atrelado à comunidade a qual pertence. Uma comunidade de aprendizagem pode ser tanto um local para aquisição de conhecimentos quanto para a sua criação. E aí está o papel da escola: a construção de novos saberes que dêem conta do novo contexto social.

Os referenciais teóricos subsidiam a construção de uma prática de gestão escolar efetiva e que dá conta das necessidades futuras, mas o gestor deve ter o olhar também para os aspectos legais, sobretudo para os profissionais que atuam em sistemas formais de educação. O gestor deve saber onde buscar essas informações e aprender a sua importância, especialmente desmistificando a sua leitura e correlacionando-a prática realizada.

De acordo com essas considerações destacamos que segundo a legislação vigente (LDB nº 9394/96) é necessário educar respeitando o desenvolvimento do educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

5.2. – RECURSOS FINANCEIROS

O CEMEI Norica de Souza e Silva faz a prestação de contas de todos os recursos que entram, sendo esta aprovada pelo Colegiado Escolar, enviada para a Secretaria Municipal de Educação e disponibilizada também na escola para conhecimento de qualquer pessoa da comunidade escolar. São recursos financeiros:

- Repasse anual do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, referente ao PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola para o Caixa Escolar da escola.
- Rendas obtidas por meio de festas e eventos, promovidos pela escola e doações voluntárias.

5.3. – CAIXA ESCOLAR

A Caixa Escolar do CEMEI Norica de Souza e Silva tem a finalidade de administrar os recursos provenientes de convênios, subvenções, doações, promoções e outras fontes, assegurando ao aluno condições propícias ao desempenho escolar, submetendo sua proposta e prestação de contas ao Colegiado. A Caixa Escolar dessa escola é regida por estatuto próprio.

5.4. - COLEGIADO ESCOLAR

O Colegiado Escolar tem como objetivo a participação de educadores, servidores e família na gestão escolar e no fortalecimento da autonomia da escola. Os membros do Colegiado Escolar, titulares e suplentes, são indicados pela comunidade escolar, por segmentos e mediante processo de eleição, para um mandato de dois anos, em datas e períodos fixados na escola. Cabe ao Colegiado dar parecer sobre o Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Calendário Escolar, o processo de ensino e aprendizagem e das avaliações internas e externas. Buscar estratégias que promovam o desenvolvimento da comunidade escolar, propor e aprovar parcerias entre a escola / comunidade / instituições públicas ou ONGs. Propor e acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da escola. Decidir questões de interesse de aluno ou de seu familiar, quando não implicar em pronunciamento de competência exclusiva do sistema de ensino.

6 - RELAÇÕES DE TRABALHO

O desenvolvimento da Equipe de Gestão da nossa Instituição é realizado com encontros semanais que ocorrem durante as reuniões de atividades complementares, onde são discutidos assuntos relacionados ao melhoramento da vida escolar, almejamos metas, elaboramos projetos e planejamos formas de executá-los.

Como resultado, já percebemos que a qualidade do ensino, a partir da implantação de equipe no trabalho de gestão escolar, ocorre de forma mais efetiva, já que se estabelece a parceria de trabalho entre professores, pais e alunos na promoção da interdisciplinaridade entre áreas do conhecimento e na participação, com maior frequência, nos projetos que a Instituição promove.

Esse trabalho em equipe tem fortalecido a gestão escolar, pois as tarefas não ficam apenas sob a responsabilidade da direção da Instituição, a comunidade escolar pais e alunos, professores e funcionários são colaboradores, contribuindo para melhor funcionamento do processo de gestão.

O desenvolvimento da equipe de gestão vem ocorrendo de forma participativa e democrática, dando assim ênfase ao bem comum. Já se nota a satisfação dos professores e funcionários com o ambiente de trabalho, o que gera maior interesse dos alunos em aprender. Como as decisões são tomadas em conjunto, agradam a todos esta forma de conduzir o processo permite a cada membro da comunidade escolar expor suas opiniões e acatar a dos outros.

O trabalho em equipe contribui no sentido, que ocorre a troca de ideias e experiências e cada um contribui com o que sabe fazer de melhor. Entendemos que é preciso sempre procurar sempre atender os desejos da maioria mesmo que elas não sejam a de todos.

7 - AVALIAÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), fixadas pela Resolução CNE/CEB nº 05/09, orientam que a avaliação deve ser compreendida como parte do trabalho pedagógico, sem o objetivo de promoção ou classificação, nesse sentido se torna fundamental o hábito de registrar o desenvolvimento das crianças através de múltiplos registros.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em dezembro de 1996, estabelece, na Seção II, referente à Educação Infantil, artigo 31, que: “... a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

A prática de avaliação na Educação Infantil é de natureza diversa da avaliação no ensino fundamental. Pode-se utilizar métodos diferentes, pelos quais se registram observações feitas. Porém, a escrita é, certamente, o mais comum e o mais acessível. O registro, as observações e as impressões diárias em muito contribuirão para o planejamento educativo.

Avaliar a criança pequena requer, do educador que a conduzirá pela vida escolar, conhecimento prévio sobre seu desenvolvimento e características singulares.

É preciso saber como ela assimila os novos conhecimentos, como responde aos estímulos e como acontece o processo maturacional e social dessa criança.

Ao observar a aquisição e a construção do conhecimento nas diversas áreas, analisando a dinâmica biopsicossocial da infância, percebe-se que a criança possui uma articulação mental, cognitiva e afetiva única. É essa articulação, juntamente com as interações sociais – realizadas principalmente na instituição – transformadas em conhecimentos, que serão alvo de observação e análise.

Por meio de observações e registros diários é que o educador elaborará avaliações significativas e contextualizadas, que poderão contribuir qualitativamente para o processo de aprendizagem de alunos e professores.

Nesse contexto de avaliação formativa deve-se atentar para o fato de que essa criança está em processo de intenso aprender e interagir. Portanto, não se deve fazer registros que venham denegrir ou rotular essa criança, sob pena de prejudicar sua vida escolar futura. “Quando o educador relata por escrito, tem a oportunidade de distanciar-se de si mesmo para fazer uma análise mais profunda de todas as variáveis que permeiam uma situação” (J.Hoffman). Assim, esse educador pode fazer uma análise crítica do seu

trabalho didático-pedagógico e, conseqüentemente, uma auto-avaliação coletiva. No centro de educação infantil, a fim de redimensionar e redirecionar práticas pedagógicas.

Na construção de conhecimentos significativos, cada criança tem seu tempo e faz sua própria leitura dos objetos. Portanto, há que se atentar para o fato de que objetivos e avanços no processo de aprendizagem acontecem e se manifestam em diferentes tempos e formas distintas para cada criança. Aquisição de conhecimentos não acontece de forma linear; a análise deve ser individual e gradativa.

Os pais, como partícipes desse processo, têm o direito e o dever de acompanhar todo o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos, como os avanços, as conquistas ou eventuais dificuldades, a fim de compreender todo o processo educativo, seus objetivos e as ações desenvolvidas pela instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores”.

(Gadotti, 1994,p.579)

Este documento foi elaborado em consonância com a LDB 9394/96 e Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, respeitando os fins e princípios que norteiam a Educação Infantil, tendo como base a realidade local, na qual a escola está inserida.

O Político Pedagógico visa nortear o trabalho dos professores, com vistas à melhoria da oferta do ensino de qualidade e subsidiando as tomadas de decisões. Atendendo este objetivo, toda comunidade escolar participou da sua elaboração, bem como mobilizou-se para as observações, acompanhamento e assessoramento em todos os âmbitos e aspectos, tendo em vista a realização efetiva deste planejamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Introdução**. Brasília: MEC; SEF, 1998. p. 63.v. I.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. **Fundamental referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: ME; SEF, 1998.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC; SEF, 1998. p. 13.v. I.
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília, Câmara dos Deputados.

BRASIL – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998, vol. 1 – introdução.

Brasília: MEC/COEDI, 1995, mimeo. BRASÍLIA. Professor da Pré-escola. In: **Cadernos do MEC**. Fundação Roberto Marinho. 3 ed. 2v. MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

CURRÍCULO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – SESI- Serviço Social da Indústria.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes** – Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

Estrutura do Currículo da Educação Infantil. Site: <http://www.conteudoescola.com.br/site>. Acessado em 14 de maio de 2006.

HENTSCHKE, Liane. **BEN**, Luciana del. **Ensino de Música**: proposta para pensar e agir em sala de aula. São Paulo, Moderna 2003.

KAMIL, Constance. **A Criança e o Número**: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. São Paulo – Papyrus, 1999.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. **Análise e avaliação de propostas pedagógicas ou curriculares para a educação infantil-relatórios de pesquisa**.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. **Política nacional de educação infantil**. Brasília: MEC, 1994a.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC/COEDI, 1994b.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Para a Formação de Professores**. MEC/SEF. Brasília, 1999.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 09 de junho de 2002.

OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos. Diretrizes para a formação de professores de educação infantil. Pátio, Educação Infantil. Porto Alegre RS, 02, p. 6 a 9, agosto – novembro, 2003.

Proposta Pedagógica de Educação Infantil 2003. Prefeitura Municipal de Joinville – Secretaria de Educação e Cultura.

Proposta Pedagógica. Site: <http://www.uel.gov.br>. Acessado em: 14 de maio de 2006.

Revista Leonardo Pós Órgão de Divulgação Científica e Cultural do ICPG. Vol.1 n.3 – ago.-dez./2003. ISSN 1518-230 22.

RORIZ, Joaquim Domingos. Governador do Distrito federal. Site: <http://www.crmariocovas.st.gov.br> acessado em 7 de maio de 2006.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedo e Infância**. Um guia para pais e educadores em creches. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes,1999.

YAZBEK, Ana Paula. Por um espaço de qualidade da para crianças de 0 a 3 anos. Pátio, Educação Infantil. Porto Alegre RS, 21, p. 52 a 55, maio-junho, 2002.